

APRESENTAÇÃO

O Caderno Especial do PPGAU aqui apresentado tem como base a pesquisa *Interfaces entre a arquitetura religiosa e a construção da paisagem urbana barroca no Brasil colonial*, investigação desenvolvida através de financiamento concedido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reunindo, também, professores de outras universidades públicas das regiões Nordeste e Sudeste – Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Almeja tratar, especificamente, da configuração paisagística de organismos urbanos coloniais de fundação lusitana (no Brasil e na Índia) que sofreriam intervenção, ou que seriam efetivamente criados, em um recorte temporal que se estenderia do século XVI até meados do século XIX – reconhecendo que a estrutura urbana se manteria inalterada, em grande parte dos assentamentos, durante a primeira metade dos oitocentos.

O coordenador da pesquisa, organizador e editor deste número pretende abrir uma discussão fundada para além dos tradicionais estudos sobre a conformação tipológica da arquitetura religiosa de herança portuguesa; para além das mais recentes, e promissoras, avaliações comparativas que versaram sobre a trama visiva das igrejas coloniais – em sua interface com a tratadística e com a produção arquitetônica europeia contemporânea; para além das investigações que trataram da planificação e da estrutura morfológica dos núcleos urbanos fundados pelos portugueses no Novo Mundo e na Ásia. Por meio da reunião de oito textos, a revista almeja constituir um debate que considere, conjuntamente, a arquitetura e a urbanística da colônia portuguesa nas Américas (bem como em núcleos urbanos comandados pelos lusitanos na Índia) para que, desta forma, se possam alcançar juízos diversos sobre a apreensão estética da paisagem dos assentamentos urbanos, indagando-se sobre a presença de cenários dramáticos deflagrados pelas cidades – núcleos que poderiam ser considerados como verdadeiras e completas experiências artísticas.

Por isso, os artigos apresentados se fundam em um princípio que aceita a ideia de que a cidade possa se configurar como uma obra de arte e, conseqüentemente, que a apreciação de sua paisagem seja capaz de alcançar uma categorização estética que se motive na atribuição de uma condição artística ao seu espaço urbano componente – e mais, precisamente, ao cenário desvelado pela trama paisagística capturada por quem o vivencia. Ou seja, mesmo admitindo que a cidade seja, invariavelmente, fruto de vários e complexos fatores, condicionantes que ultrapassariam, enormemente, a “elementar”

questão da atribuição de um valor artístico ao artefato, seria na sua materialidade física que ganharia forma e expressão visibilísticas. E, enquanto forma, a configuração dos ambientes urbanos poderia comportar diversas avaliações estéticas daqueles indivíduos que os experimentassem visualmente – avaliações que jamais se furtariam dos demais condicionantes que contribuiriam para edificá-los, mas que se fundamentaria em um juízo específico sobre a sua percepção visual – sobre a sua forma.

Aqui se rejeita, sistematicamente, o tradicional julgamento crítico que só reconheceria expressão estética em uma obra de arte que teria sido fruto de uma totalidade controlada e previamente idealizada – situação que, na cidade, só poderia estar relacionada à confecção do plano urbanístico, expressão do desejo consciente de se administrar, integralmente, a implantação e o desenvolvimento do artefato urbano. Pelo contrário, acredita-se que para cada categoria artística sempre exista um mecanismo específico voltado à apreciação do objeto acabado – e não de seu processo de idealização. No caso da arquitetura, assim como em uma escala bem mais ampla para a própria cidade, a sua valoração artística deveria estar, necessariamente, vinculada ao ativo percurso escolhido pelo espectador para a experimentação de seus espaços componentes – o trajeto do transeunte pelos ambientes internos e externos conformadores dos edifícios, bem como pelo movimento do espectador pelas ruas, ladeiras, travessas, avenidas, largos, praças, mirantes, parques, belvederes, que coordenariam a estruturação do espaço urbano. Logo, a forma singular, possível e especial de leitura artística da cidade só poderia realizar-se no ato de caminhar e vivenciar, na dimensão espaço-temporal, o ambiente urbano.

A apreciação abstrata do desenho bidimensional dos assentamentos revelaria aportes importantíssimos vinculados às intenções subjacentes aos agentes que teriam participado do ato de planificação da cidade, além de influenciar, diretamente, o desenvolvimento, *a posteriori*, da “cidade real” que surgiria através de seu *design* prévio. Todavia, esta análise não poderia ser confundida com uma avaliação fundamentalmente artística, pois simplesmente não contemplaria a cidade em sua materialidade física; não alcançaria a apreensão visual do núcleo urbano. Deste modo, a efetiva qualificação estética e paisagística só seria possível a partir do contato direto do observador com os espaços da cidade – ou, pelo menos, com a memória visual de sua estrutura visibilística perdida, através da reconstrução virtual de sua trama cenográfica.

Por sua vez, da mesma forma que em outras manifestações artísticas, alguns elementos proeminentes se destacariam, abertamente, no tecido figurativo da obra, absorvendo grande parte de seu teor expressivo em contraposição a um “fundo” regular mais estéril; a cidade também apresentaria seus momentos especiais de expressão. A avaliação da paisagem dos núcleos urbanos como conformadores de uma plena unidade artística não partiria, assim, do pressuposto de que toda a sua trama morfológica tivesse que

emanar uma incondicional qualificação estética; seria absolutamente viável que poucas cenas, ou mesmo um único acontecimento inebriante, fossem o suficiente para transformar a percepção do assentamento e oferecer a possibilidade de se alcançar uma valoração artística plena para a cidade – o que colocaria o monumento como elemento essencial na constituição do caráter paisagístico do núcleo urbano, sempre em conexão direta com os espaços urbanos nos quais seria lançado.

Assim, não haveria dúvidas que a grande maioria dos expressivos acontecimentos cenográficos dispersos pelos assentamentos coloniais estaria vinculada à massiva presença da arquitetura religiosa. Seria claramente perceptível, em qualquer contato com os ambientes preservados remanescentes da época da colonização portuguesa – bem como na investigação de fontes iconográficas de cenários urbanos já perdidos – como as igrejas, capelas, conventos, mosteiros, mas também torres e portadas, dominariam a paisagem citadina: tanto no que se refere à sua inserção majestosa no sítio, como em relação à expressividade, muitas vezes fatal, de sua articulação formal. Neste sentido, a discussão proposta será desenvolvida a partir da hipótese que vincula a presença da arquitetura religiosa, difusa por todos os assentamentos, como elemento propulsor da força dramática da paisagem urbana de colonização e domínio lusitano.

Para isso, os ensaios trarão sínteses e fragmentos de trabalhos acadêmicos, desenvolvidos pelos pesquisadores, em investigações enfrentadas em suas teses de doutorado ou dissertações de mestrado, em pesquisas elaboradas dentro das universidades, com financiamento de agências de fomento, em inúmeras publicações de artigos e livros lançados nos últimos anos, todas conectadas à temática do debate que se propõe – debate correlato à pesquisa *Interfaces entre a arquitetura religiosa e a construção da paisagem urbana barroca no Brasil colonial*, desenvolvida na instituição em que leciona o organizador da publicação.

São relatos articulados através dos mais diversos enfoques que lidam com experiências arquitetônicas e urbanísticas travadas em regiões distintas, durante os períodos colonial e imperial (bem como na Índia portuguesa) – sempre com ênfase na presença da arquitetura religiosa como elemento essencial na constituição da paisagem dos núcleos urbanos.

Assim, o primeiro ensaio, *Estratégias de Afirmação de Poder: o processo de concepção e construção das Sés de Goa e Salvador* – de autoria de Luiz Antonio Fernandes Cardoso –, ambiciona promover conexões entre a forma urbana da cidade de Salvador (primeira capital brasileira) e o desenho que viria a caracterizar Goa sob o domínio português (capital lusitana do Oceano Índico). Na verdade, o conteúdo desenvolvido coloca ênfase, em um primeiro momento, no papel das Constituições Sinodais na estruturação do espaço urbano no mundo português – normas e parâmetros elaborados pelos representantes maiores de uma diocese ou arquidiocese que, frequentemente,

chegariam a legislar sobre a própria conformação tipológica dos edifícios católicos, bem como sobre sua inserção no sítio. Analisando os sínodos de Goa (1606) e de Salvador (1707), o pesquisador busca demonstrar que o pleno respeito a estas determinações estava condicionado a uma série de fatores que extrapolariam a legislação religiosa, hipótese a ser discutida através da análise dos processos de concepção e construção das Catedrais da Sé e de suas relações com a composição dos cenários urbanos – já que seriam edifícios dominantes para as duas capitais.

O segundo artigo, *Da Roma Eterna à Roma do Oriente: sobre a problemática do enquadramento visual de fachadas de duas torres com zimbórios centrais na arquitetura religiosa goesa*, escrito por Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos, discute um tema de suma importância no que se refere à presença visual dos organismos religiosos – particularmente das catedrais, igrejas e capelas – no cenário urbano adjacente: o efeito capturado na presença contígua da cúpula central dos templos católicos emoldurada por um par de torres lançadas na fachada principal. Analisando, previamente, o cenário italiano – a partir da cidade de Roma e dos inúmeros projetos desenvolvidos para a Igreja de São Pedro, planos elaborados pelos mais renomados artistas do século XVI (entre eles Donato Bramante, Raffaello Sanzio e Michelangelo Buonarroti) – o autor identifica influências da nova arquitetura da grande basílica vaticana na concepção da única igreja goesa a possuir zimbório central: a Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência. Mesmo considerando que a relação das duas torres da fachada com a grande cúpula não teria sido das mais felizes, Joaquim reconhece a grande influência que a solução arquitetônica adotada na igreja teatina teria exercido na elaboração de uma série de fachadas eclesiais na região de Goa, edificadas de meados do século XVIII até finais do XIX. Os frontispícios destas igrejas paroquiais apresentariam, inusitadamente, uma solução de grande teor dramático, teatral, ilusionístico: falsos zimbórios centrais lançados nas frontarias, enquadrados por dois campanários assentados simetricamente nos cantos das fachadas.

Continuando o debate sobre o desenvolvimento morfológico de cidades que foram “cabeça” do império português no Novo Mundo e na Ásia, José Pessoa promove uma apreciação da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro naquele século em que iria se tornar a capital lusitana nas Américas. Em *Igrejas, chafarizes e um jardim público na construção de uma paisagem barroca no Rio de Janeiro do século XVIII*, o autor persegue as intervenções de cunho arquitetônico ou urbanístico que iriam caracterizar uma espacialidade urbana que poderia ser enquadrada na estética barroca. A partir de uma cuidadosa análise calcada na história urbana do Rio de Janeiro, bem como na investigação histórica da concepção e construção de monumentos religiosos, chafarizes e um jardim público, é possível vislumbrar as estratégias utilizadas em prol da dramatização do cenário urbano da cidade setecentista. Ou seja, fica claro que as autoridades reais

gerenciaram iniciativas que provocariam uma grave alteração na fisionomia do núcleo urbano em prol da exaltação da poética e da teatralidade barrocas – intervenções que extrapolariam a esfera da urbanística, já que seria a arquitetura que frequentemente alcançaria a dramática representação material do império dominador.

O quarto trabalho, *A forma e a imagem de uma cidade colonial: traçado urbano e arquitetura religiosa na Paraíba dos séculos XVI a XVIII*, de Ivan Cavalcanti Filho e Maria Berthilde Moura Filha, investiga alguns aspectos da estruturação urbana do terceiro núcleo fundado em território colonial brasileiro a conquistar o *status* de “cidade” (1585) – a Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa –, ensaio que sublinhará a influência que a arquitetura religiosa exerceria para a definição de seu traçado urbano. Para isso, os pesquisadores identificariam dois momentos distintos: as primeiras décadas que sucederiam à fundação da cidade, e que se estenderia até o período da dominação holandesa (1634-1654), e a decadente fase subsequente, momento que avançaria tanto pelo século XVII, como pelo XVIII.

O próximo texto, intitulado *Do desenho gráfico ao desenho urbano: edifícios de caráter religioso no arranjo espacial das primeiras vilas de Pernambuco*, elaborado por Roseline Oliveira Machado, é fruto das análises desenvolvidas por um grupo de pesquisa que há 14 anos vem produzindo conhecimento científico buscando relacionar arquitetura e geografia, tendo a iconografia histórica como fonte básica de investigação. Os registros iconográficos de antigos núcleos urbanos do Nordeste brasileiro – em uma região que se estende do sul da Bahia até a Paraíba – foram trabalhados através de sínteses gráficas que revelariam que os edifícios religiosos, constantemente, ganhariam expressão de protagonistas na conformação da paisagem colonial. Neste sentido, a pesquisadora responsável se propõe a ponderar esta relação no cenário de seis vilas seiscentistas pernambucanas.

Em *Adros, pátios e cruzeiros: movimento, teatro e persuasão*, Juliano Loureiro de Carvalho traça um perfil poético da religiosidade na região nordestina durante o período colonial através da investigação da estrutura morfológica de três pátios de aldeamentos missionários paraibanos (Jacoca, Preguiça e Pilar) e cinco adros de conventos franciscanos (João Pessoa, Igarassu, Olinda, Salvador e Paraguaçu). Através da cuidadosa análise da relação entre a forma e os limites dos adros (ou pátios) com as igrejas e os cruzeiros, o autor identifica uma analogia entre a estrutura dos conjuntos eclesiásticos urbanos e uma nave a céu aberto – ambiente no qual o frontispício do templo católico se comportaria como o retábulo principal lançado na capela-mor, o cruzeiro indicaria a mesa do altar, e as construções assentadas sequencialmente nos limites laterais das praças se confundiriam com os altares que preencheriam os muros laterais da igreja. Por outro lado, o cruzeiro disposto no eixo longitudinal que alcança a igreja, em meio ao adro comumente aberto no sentido oposto à fachada do templo, seria o elemento

que promoveria a articulação entre a igreja-capela-convento e a cidade, o território, ou o ambiente natural adjacente. Esta dinâmica trama persuasiva, de alto teor dramático, revelaria aportes com a poética barroca, que então dominaria o espírito religioso no Brasil colonial.

No sétimo ensaio, de autoria de André Guilherme Dornelles Dangelo e Vanessa Borges Brasileiro, *Arquitetura religiosa e espaço urbano colonial na cidade de São João del-Rei: o ritual barroco como definidor da construção da paisagem cultural*, os dois professores responsáveis buscam superar a tradição da crítica e da história da arquitetura da região mineradora que, amiúde, se encerra na descrição dos monumentos religiosos. Através do conceito mais amplo de “paisagem cultural”, é perseguido um juízo da percepção do espaço urbano em uma análise que vai além da apreciação da conexão da poderosa arquitetura da igreja matriz, das sedes de irmandades e das ordens terceiras, com o cenário da vila mineradora de São João del-Rei. De fato, é assegurada a plena interação da estruturação física da paisagem sacra local com os ritos católicos que lá se exibiam – patrimônio intangível que ainda se preserva nas procissões, nos festejos religiosos.

O artigo subsequente, intitulado *A arquitetura religiosa e o drama barroco de Ouro Preto*, de autoria de Rodrigo Baeta, busca provar que as ações que transfigurariam a antiga Vila Rica em um organismo urbano no qual seria encenado o drama barroco não se fundariam em intervenções propriamente urbanísticas. O espetáculo dramático da vila se daria através da “amarração” dos acontecimentos teatrais que transformariam o núcleo urbano em uma total experiência artística dependendo, primordialmente, das intervenções pontuais que estaria recebendo gradativamente – e, particularmente, da “costura” destes “eventos” no espaço e no tempo da apreciação da cidade pelo espectador. Neste sentido, a grande maioria dos acontecimentos cenográficos dispersos estaria vinculada à massiva presença da arquitetura religiosa. Seria claramente perceptível como as igrejas dominariam a paisagem citadina: tanto no que se refere à sua inserção majestosa no sítio, como em relação à expressividade de sua articulação visibilística.

No último trabalho, *Tão perto, tão longe. Algumas anotações sobre a arquitetura religiosa do Ceará e sua relação com o espaço territorial e urbano oitocentista da província*, Clovis Ramiro Jucá Neto traça, inicialmente, um lírico panorama dos primeiros aldeamentos rurais, adjacentes às fazendas de gado do sertão do Ceará setecentista – povoações que nasceriam a partir da construção de pequenas ermidas levantadas como simples palhoças de pau-a-pique, com uma cruz indicando sua função religiosa; em um segundo momento, o autor faz uma apreciação que atesta que vilas fundadas no século XVIII na mesma região (como Icó e Aracati) passariam, na próxima centúria, por uma espécie de dramatização de seu espaço urbano através do comando das estruturas arquitetônicas religiosas – revelando a permanência da tradição de protagonismo dos edifícios católicos nos núcleos brasileiros, mesmo durante o Império.